



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**



<b>PROCESSO</b>	<b>10340.720121/2020-26</b>
<b>ACÓRDÃO</b>	2402-012.874 – 2ª SEÇÃO/4ª CÂMARA/2ª TURMA ORDINÁRIA
<b>SESSÃO DE</b>	2 de outubro de 2024
<b>RECURSO</b>	VOLUNTÁRIO
<b>RECORRENTE</b>	LEONARDO WALTER
<b>INTERESSADO</b>	FAZENDA NACIONAL

**Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF**

Exercício: 2017, 2018, 2019

CONTRADIÇÃO.VÍCIO DE MOTIVAÇÃO.FUNDAMENTO EQUIVOCADO.NÃO VERIFICADO

Não há contradição em lançamento que descreve exaustivamente o fato e aponta o fundamento legal adequado inexistindo qualquer causa de nulidade.

**INTERPOSIÇÃO DE PESSOA.COMPROVAÇÃO**

Comprovada a interposição de pessoa a lei autoriza a determinação dos rendimentos verificados em relação ao terceiro na condição de efetivo titular da conta de depósito.

**IMPOSIÇÃO DE TRIBUTO COMO SANÇÃO DE ATO ILÍCITO.NÃO VERIFICADA**

Crédito regularmente constituído de acordo com a regra matriz de incidência tributária não é sanção de ato ilícito.

**OMISSÃO DE RENDIMENTOS. DEPÓSITOS BANCÁRIOS. PRESUNÇÃO.**

A presunção legal de omissão de rendimentos autoriza o lançamento com base em depósitos bancários de origem não comprovada pelo sujeito passivo.

**MULTA QUALIFICADA.NECESSÁRIA APLICAÇÃO**

Comprovada a existência de fraude e sonegação é devida a imposição da multa qualificada na forma da lei.

**RETROATIVIDADE BENIGNA.POSSIBILIDADE**

Tratando-se de lançamento não definitivamente julgado em instância administrativa a lei se aplica a fato pretérito quando lhe comine penalidade menos severa.

**RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DE FATO.COMPROVAÇÃO**

Demonstrado o interesse comum na constituição do fato gerador do tributo há solidariedade na forma da lei.

**ACÓRDÃO**

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, rejeitar as preliminares suscitadas no recurso voluntário interposto e, no mérito, por voto de qualidade, dar-lhe parcial provimento, reduzindo a multa qualificada ao percentual de 100% (cem por cento). Vencidos os Conselheiros João Ricardo Fahrion Nüske, Gregório Rechmann Júnior e Luciana Vilardi Vieira de Souza Mifano, que deram-lhe provimento em maior extensão, também afastando a responsabilidade solidária atribuída à empresa Simple Organic Beauty Eireli, bem como cancelando o crédito referente aos depósitos não comprovados da pessoa jurídica Capital Market.

*Assinado Digitalmente*

**Rodrigo Duarte Firmino** – Relator

*Assinado Digitalmente*

**Francisco Ibiapino Luz** – Presidente

Participaram da sessão de julgamento os Conselheiros: Rodrigo Duarte Firmino, Gregório Rechmann Junior, Marcus Gaudenzi de Faria, João Ricardo Fahrion Nuske, Luciana Vilardi Vieira de Souza Mifano, Francisco Ibiapino Luz (Presidente).

**RELATÓRIO****I. AUTUAÇÃO**

Em 03/12/2020, fls. 1.374, o contribuinte foi regularmente notificado da constituição do Auto de Infração de fls. 1.286 a 1.301 e anexos a fls. 1.369/1.373 para a cobrança de Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) referente aos anos calendários de 2016 a 2018, em sujeição passiva com SIMPLE ORGANIC BEAUTY LTDA por responsabilidade solidária de fato (art. 124, I do CTN), calculado em R\$ 1.660.678,16, acrescido de Juros de Mora de R\$ 271.529,81 e Multa proporcional, inclusiva qualificada de R\$ 2.388.588,02 (75% e 150%), totalizando R\$ 4.320.795,99, em razão de OMISSÃO DE RENDIMENTOS CARACTERIZADA POR DEPÓSITOS BANCÁRIOS CUJA ORIGEM NÃO FOI COMPROVADA.

Referida exação está amparada por Termo de Verificação Fiscal, fls. 1.302/1.363, com a descrição dos fatos e fundamentos jurídicos, sendo precedida por fiscalização tributária,

realizada ao amparo do Mandado de Procedimento Fiscal – MPF nº 0920100.2018.00433, iniciada em 01/11/2018, fls. 02/06, com encerramento recebido em 02/12/2020 e no dia seguinte, fls. 1.364/1.365, 1.366/1.368, 1.374/1.375. Constam dos autos exigências realizadas ao amparo de intimações e respectivas respostas; requisições de movimentação financeira às entidades bancárias e o seu respectivo atendimento; cópia da escrituração contábil das empresas relacionadas (livro diário, razão e balancete); peças judiciais (decisões, denúncia) e documentos compartilhados dos processos criminais; declarações do período (DIRPF 2016 a 2018); contrato social das empresas fiscalizadas e alterações.

Em síntese a autoridade administrativa recebeu informações do contribuinte oriundas de ações criminais decorrentes de ilícitos tributários em compensações com a utilização de créditos fictícios (Operação Saldo Negativo), apurando a partir das DIRPF do período, movimentações em conta (RMF), documentos apresentados pelo contribuinte e as empresas fiscalizadas, assim como também aqueles compartilhados em processo judicial, **omissão de rendimentos, incompatível com o declarado, caracterizada em depósitos bancários efetuados:**

- i. **em conta pessoa física**, aplicando-se multa de ofício (75%), excluídas as movimentações de mesma titularidade ou do cônjuge (Patrícia Ribeiro Lima), devoluções, liberações automáticas de crédito especial, reclassificação de saldo devedor, resgate de papéis e de aplicação automática, transferências identificadas (Capital Market Consultoria Tributária Eireli ME e Simple Organic Beauty);
- ii. **em conta de pessoa jurídica de titularidade de LEONARDO WALTER**, a Capital Market Consultoria Tributária Eireli ME, com imposição neste caso de multa qualificada (150%), **haja vista utilização como empresa de fachada para instrumentalizar ação criminosa cujos depósitos realizados representam os ganhos da conduta ilícita do autuado nas compensações, imputando-se a titularidade dos créditos ao Sr. Leonardo Walter por força do art. 42, §5º da Lei nº 9.430, de 1996.** Foram ainda excluídos os movimentos de mesma titularidade da Capital Market, do próprio LEONARDO WALTER e cônjuge, além de reembolsos, devoluções, transferências a débito de igual valor (intermediação de créditos) e aqueles cuja origem foi comprovada.

A Simple Organic Beauty Eireli, responsável solidária de fato (art. 124, I do CTN), é empresa constituída em 2016 pelo cônjuge para fabricação e comércio de cosméticos, recebendo no período transferências bancárias do autuado e da Capital Market Consultoria Tributária Eireli ME, no total de R\$ 471.000,00 a título de empréstimos e para integralização de capital não comprovados, atribuindo a autoridade os repasses a valores originados nos ilícitos tributários desde a fundação da empresa para dissimulação da fraude e conversão do dinheiro em ativos lícitos.

## II. DEFESA

Irresignado com o lançamento o contribuinte principal, representado por advogado, instrumento a fls. 1.408, apresentou impugnação de peça juntada a fls. 1.381/1.406, com farta doutrina e jurisprudência, pontuando preliminar de nulidade da exação em razão de contradição no termo de verificação, vício de motivação e inaplicabilidade do fundamento utilizado, pois que, mesmo sendo ilícita, a origem dos recursos não é desconhecida. No mérito atacou a interposição de pessoas e que a Capital Market nunca foi utilizada como empresa de fachada para prática de ilícitos, possuindo empregados advogados e contadores, firmando diversos contratos para compensação de dívidas bancárias e tributárias; alegou a imposição do tributo como sanção de ato ilícito com possibilidade de devolução do dinheiro ganho nas compensações; origem comprovada dos depósitos realizados em sua conta (pessoa física); desnecessidade de comprovação da causa do depósito para afastar a regra presuntiva, restringindo-se à identificação de quem o realizou; inaplicabilidade da multa qualificada, haja vista a inexistência de dolo, sendo a denúncia relativa à persecução penal baseada em suposições; aduz que a Simple Organic não se envolveu nas práticas criminais, ausente qualquer relação com o recebimento de dinheiro oriundo das compensações tributárias, bem como também interesse no fato gerador do IRPF. Por fim requereu o conhecimento e provimento da peça de defesa, juntando cópia de documentos a fls. 1.410/1707.

A litisconsorte SIMPLE ORGANIC BEAUTY LTDA também apresentou defesa, fls. 1.710/1.720, representada por mesmo patrono, instrumento a fls. 1.721, arguindo preliminar de nulidade por contradição no termo fiscal, considerando que o fundamento utilizado é a origem desconhecida, porém a própria exação descreve de onde provêm os recursos creditados, ainda que se trate de ilícito. No mérito alega ilegitimidade passiva, em sintonia com a defesa do contribuinte principal, reforçando que não houve envolvimento com aqueles crimes imputados ao Sr. LEONARDO WALTER, inexistindo interesse jurídico na constituição do fato gerador, além de não se imputar à Simple Organic a responsabilidade por todas as movimentações bancárias questionadas. Ao final requereu o conhecimento e provimento da impugnação.

## III. DECISÃO ADMINISTRATIVA DE PRIMEIRO GRAU

A 6<sup>a</sup> Turma da Delegacia de Julgamento da Receita Federal do Brasil 01 – DRJ01 julgou as impugnações improcedentes, conforme Acórdão nº 101-012.046, de 26/08/2021, fls. 1.728/1.755, cuja ementa abaixo se transcreve:

### JURISPRUDÊNCIA.

As decisões judiciais e administrativas não constituem normas complementares do Direito Tributário, aplicando-se somente à questão em análise e vinculando as partes envolvidas no litígio, à exceção das decisões do STF sobre constitucionalidade da legislação.

DEPÓSITOS BANCÁRIOS. PRESUNÇÃO DE OMISSÃO DE RENDIMENTOS.

Caracteriza-se a omissão de rendimentos os valores creditados em conta de depósito ou de investimento mantida junto a instituição financeira, em relação aos quais o titular, regularmente intimado, não comprove, mediante documentação hábil e idônea, a origem dos recursos utilizados nessas operações.

A demonstração da origem dos depósitos deve se reportar a cada depósito, de forma individualizada, de modo a identificar a fonte do crédito, o valor, a data e a natureza da transação.

#### DEPÓSITO BANCÁRIO DE ORIGEM NÃO COMPROVADA. ÔNUS DA PROVA.

Com o advento da Lei nº 9.430/1996, art. 42, foi instituída presunção relativa de que os depósitos bancários de origem não comprovada pelo contribuinte constituem rendimentos sujeitos à incidência do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza. Concedida a oportunidade de prova em contrário na ação fiscal sem providências por parte do contribuinte, deve ser efetuado o lançamento.

Se no momento da impugnação, o contribuinte não apresenta documentos idôneos para comprovar a origem dos depósitos, o lançamento deve ser mantido.

#### MULTA QUALIFICADA. DOLO. INCIDÊNCIA.

Constatada ação dolosa do contribuinte, tendente a impedir ou retardar o conhecimento por parte da autoridade fazendária da ocorrência do fato gerador da obrigação tributária principal, incide multa de ofício qualificada.

#### SUJEIÇÃO PASSIVA SOLIDÁRIA

É solidária a responsabilidade pelo pagamento do crédito tributário quando ficar demonstrado o interesse comum na situação que constitui fato gerador da respectiva obrigação.

Os contribuintes principal e solidário foram regularmente notificados em 01/10/2021 (Leonardo Walter) e em 05/10/2021 (Simple Organic Beauty), conforme fls. 1.759/1.767 e 1.761/1.769.

#### IV. RECURSO VOLUNTÁRIO

Em 29/10/2021, fls. 1.771, o Sr. Leonardo Walter representado pelo mesmo advogado interpôs recurso voluntário, peça juntada a fls. 1.772/1.802, com aqueles mesmos argumentos trazidos na impugnação, entendendo necessária a aplicação da jurisprudência juntada. Por fim requereu o conhecimento e provimento recursal.

Em 29/10/2021, fls. 1.804, a Simple Organic Beauty interpôs recurso voluntário, fls. 1.805/1.819, com as mesmas teses de defesa trazidas na impugnação, entendendo igualmente necessária a aplicação da jurisprudência juntada. Por fim requereu o conhecimento e provimento recursal.

Não houve apresentação de contrarrazões, é o relatório!

**VOTO**

Conselheiro Rodrigo Duarte Firmino, Relator.

**I. ADMISSIBILIDADE**

Os recursos voluntários interpostos são tempestivos e obedecem aos requisitos legais, portanto os conheço e passo a analisar as teses de defesa em conjunto.

**II. PRELIMINAR – NULIDADE DO LANÇAMENTO**

O contribuinte principal alega nulidade da exação em razão de contradição no termo de verificação, vício de motivação e inaplicabilidade do fundamento utilizado, pois que, mesmo sendo ilícita, a origem dos recursos não é desconhecida. Na mesma linha defensiva aponta o solidário contradição no termo fiscal quanto ao dispositivo legal aplicado, considerando que a própria exação descreve de onde provêm os recursos creditados, ainda que se trate de ilícito.

Em exame à motivação do lançamento verifico inicialmente que a razão da fiscalização foi o recebimento de informações da Justiça noticiando o cometimento de fraude em compensações e apontando o contribuinte como responsável, donde a autoridade se dedicou, por dois anos, a apurar a origem daqueles recursos recebidos tanto em conta bancária do Sr. Leonardo Walter, assim como também na Capital Market Consultoria Tributária Eireli ME, pessoa jurídica de seu controle, **empresa inclusive citada na denúncia como núcleo para a prática delituosa do recorrente principal**, fls. 1.047. Da análise restou apurado, a partir das DIRPF do período, movimentações em conta (RMF), documentos apresentados pelo contribuinte e as empresas fiscalizadas, assim como também aqueles compartilhados em processo judicial, omissão de rendimentos, incompatível com o declarado, caracterizada em depósitos bancários efetuados.

O fundamento utilizado para a constituição do crédito em discussão é o art. 42, *caput*, da Lei nº 9.430, de 1.999:

(Lei nº 9.430, de 1999)

Art. 42. Caracterizam-se também omissão de receita ou de rendimento os valores creditados em conta de depósito ou de investimento mantida junto a instituição financeira, em relação aos quais o titular, pessoa física ou jurídica, regularmente intimado, não comprove, mediante documentação hábil e idônea, a origem dos recursos utilizados nessas operações. (grifo do autor)

Primeiramente, há que se compreender que a legislação tributária em estudo trouxe importantes atualizações para o contexto histórico e político vivido em meados da década de 1990. Os valores creditados em conta bancária, de origem não comprovada, omitem além da receita em si, **a própria atividade, muitas vezes ilícita e em um contexto histórico de crescimento de crimes, especialmente os transnacionais**, com o processo de globalização.

A compreensão da real omissão, **que é a atividade**, faz entender o verdadeiro sentido e alcance do dispositivo legal em referência. Decompondo-se o *caput* do art. 42, infere-se que o titular da conta bancária, regularmente intimado, ou seja, dentro de um procedimento de ação de fiscalização estatal, deve comprovar a origem de recursos creditados por duas qualidades exigidas para a documentação, que seja **hábil e idônea**, ou seja, empregadas no sentido de capacidade, habilitação e adequação.

A lei presume omissão de receita os **valores creditados** em conta bancária e inverte o ônus da prova para que o titular, pessoa física ou jurídica, comprove a origem dos recursos e é justamente neste momento que há possibilidade de demonstração do que realmente constitui renda ou não. Portanto, **não é o fisco, mas o fiscalizado quem irá apontar, por documentos hábeis e idôneos, aquilo que efetivamente representa rendimento tributável, nos termos da regra matriz de incidência do tributo em exame, a Lei nº 7.713, de 1988, especificamente no art. 3º.**

Trata-se de uma condição jurídica imposta pela lei que presume renda valores creditados cuja origem não seja provada pelo seu titular, diferenciando da regra geral esculpida no art. 43 e 44 da Lei nº 5.172, de 1966, o Código Tributário Nacional, justamente por tratar, *in casu*, de norma específica que objetiva o combate também à evasão fiscal.

**Inexiste, portanto, contradição, vício de motivação no entendido pela autoridade**, descrito exaustivamente no termo de verificação e instruído com amplo complexo probatório que inclui a análise de toda a movimentação bancária, das DIRPF do recorrente, da escrituração contábil nas empresas envolvidas e tudo mais que do processo consta. **O fundamento utilizado é perfeitamente adequado ao caso**, com o destaque que não basta para a comprovação da origem a identificação daquela pessoa que realizou o depósito, **mas sim a fonte lícita do dinheiro** comprovada por documentação hábil e idônea, o que traduz a *ratio essendi* do fundamento legal em exame.

Sem razão.

### III. MÉRITO

#### a) Interposição fraudulenta – Capital Market

O contribuinte principal alega a inexistência de pessoa interposta e que a Capital Market nunca foi utilizada como empresa de fachada para prática de ilícitos, possuindo empregados advogados e contadores, firmando diversos contratos para compensação de dívidas bancárias e tributárias.

De outro lado a exação aponta que houve utilização de referida empresa para instrumentalizar a ação criminosa cujos depósitos realizados representam os ganhos da conduta ilícita do autuado nas compensações, imputando-se a titularidade dos créditos ao Sr. Leonardo Walter por força do art. 42, §5º da Lei nº 9.430, de 1996.

O entendimento adotado pelo fisco, quanto ao envolvimento da Capital Market na fraude, também é aquele constante da denúncia oferecida pelo Ministério Público, conforme se extrai de cópia de decisão judicial a fls. 1.047, abaixo reproduzida:

07	Núcleo MARKET	CAPITAL	LEONARDO WALTER	CAPITAL MARKET INVESTIMENTOS EIRELI	RE 010/2018	emitiu certificado digital de sua empresa CAPITAL MARKET INVESTIMENTOS EIRELI e o compartilhou com a ORCRIM para ser utilizado para envio das declarações fraudulertas das empresas clientes.
			ITAMAR PITTIGLIANI			

(grifo do autor)

O Termo de Verificação Fiscal, fls. 1.302/1.363, descreve que a supracitada empresa apresentou DCTFs (Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais) no período com valores irrisórios e incompatíveis com sua contabilidade; que a análise da movimentação bancária identificou valores transacionados exorbitantes quanto aos rendimentos declarados pela Capital Market.

**Aponta ainda o relatório o depósito de R\$ 3.853.684,91 recebido da Empresa LOG20 Logística S/A (entre 10/08/2016 a 26/04/2017) seguido do envio de pedidos de compensação no importe de R\$ 5.330.084,60 (entre 25/10/2016 a 31/01/2017), em nome desta mas com a utilização do certificado digital da Capital Market, tendo inclusive o Sr. Leonardo Walter prestado depoimento na polícia judiciária confirmando que referido depósito se trata de valor recebido para a prática da compensação fraudulenta (fls. 73/76).**

Consta da exação a transferência de R\$ 1.078.852,37 realizada pela Empresa Prestadora de Serviços Gaúcha para conta da Capital Market seguida de similar pedidos de compensação no total de R\$ 2.232.560,01 entre 25/04/2017 a 25/08/2017, com a utilização do certificado digital da Capital.

De todo o exposto, resta a mim suficientemente e exaustivamente comprovado a utilização da Capital Market no esquema fraudulento perpetrado pelo Sr. Leonardo Walter, estando acertada a conduta da autoridade pelos seus próprios fundamentos legais.

Ademais ainda destaco que não se nega a existência da empresa, tanto que consta do termo de verificação a exclusão de depósitos que foram comprovados, todavia aqueles relativos aos créditos constituídos foram atribuídos às operações ilícitas e merecem ser mantidos.

Sem razão.

b) Alegação de imposição do tributo como sanção de ato ilícito com possibilidade de devolução do dinheiro

O Sr. Leonardo Walter alega que o tributo foi constituído como sanção de ato ilícito, contrariando o art. 3º do Código Tributário Nacional, podendo inclusive o dinheiro ser devolvido.

Há que se destacar que inexiste, *in casu*, a constituição do crédito tributário, imposto sobre a renda de pessoa física, como forma de sancionar ou penalizar o contribuinte, vez que a tributação foi calculada, com os acréscimos impostos na legislação, sobre aqueles créditos em conta bancária que a lei atribuiu como renda em razão da não comprovação de sua origem **ao amparo de documentação hábil e idônea.**

Sem razão.

- c) Origem comprovada dos depósitos realizados na conta do Sr. Leonardo Walter

O contribuinte principal alega que comprovou a origem das transferências realizadas em sua conta bancária, entendendo desnecessária a demonstração da causa do depósito para afastar a regra presuntiva, restringindo-se, a seu sentir, à identificação de quem o realizou.

Há que se destacar que foram juntadas na impugnação cópia de recibos e notas promissórias, todavia já refuto, tal como abordado em sede de análise da preliminar, a referida desnecessidade de demonstração da origem do depósito, pois a *ratio essendi* do *caput* do art. 42 da Lei nº 9.430, de 1996, é a **identificação da fonte do dinheiro em sentido amplo**, portando insuficiente somente a demonstração de quem transferiu o valor, devendo se comprovar o motivo do depósito, o que também não identifiquei nos autos para aqueles créditos constituídos.

Sem razão.

- d) Alegação de inaplicabilidade da multa qualificada

Entende o recorrente que a qualificação da multa é indevida por inexistir dolo relativo aos créditos lançados, com o acréscimo de que a denúncia do *parquet* está baseada em suposições.

Ao examinar a exação quanto ao tema, fls. 1.347 e ss, observo que a motivação da aplicação da multa foi a comprovação de fraude nas compensações, perpetrada pelo Sr. Leonardo Walter, somada à sonegação consumada na omissão dos rendimentos recebidos nos depósitos bancários relacionados com os ilícitos.

É absolutamente nítido o *animus* do recorrente em omitir a tributação, pois a multa qualificada foi aplicada naqueles créditos recebidos em conta da Capital Market e oriundos diretamente do pagamento de outras empresas para a realização de compensação fraudulenta com o uso do certificado digital da Capital.

A multa em exame foi corretamente imposta segundo os ditames legais e fatos apontados na exação, contudo e em razão da nova redação dada ao art. 44, §1º *caput* e inc. VI da Lei nº 9.430, de 1996, conforme a Lei nº 14.689, de 2023, **entendo aplicável, nos termos do art. 106, II, c do CTN, a legislação posterior menos severa, já que inexiste registro nos autos de reincidência:**

**(Lei nº 9.430, de 1996)**

Art. 44. Nos casos de lançamento de ofício, serão aplicadas as seguintes multas:  
(Redação dada pela Lei nº 11.488, de 2007)

(...)

I - de 75% (setenta e cinco por cento) sobre a totalidade ou diferença de imposto ou contribuição nos casos de falta de pagamento ou recolhimento, de falta de declaração e nos de declaração inexata; (Redação dada pela Lei nº 11.488, de 2007)

(...)

§ 1º O percentual de multa de que trata o inciso I do caput deste artigo será majorado nos casos previstos nos arts. 71, 72 e 73 da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, independentemente de outras penalidades administrativas ou criminais cabíveis, e passará a ser de: (Redação dada pela Lei nº 14.689, de 2023)

(...)

**VI – 100% (cem por cento) sobre a totalidade ou a diferença de imposto ou de contribuição objeto do lançamento de ofício;** (Incluído pela Lei nº 14.689, de 2023) (grifo do autor)

**(CTN)**

Art. 106. A lei aplica-se a ato ou fato pretérito:

(...)

II - tratando-se de ato não definitivamente julgado:

(...)

**c) quando lhe comine penalidade menos severa que a prevista na lei vigente ao tempo da sua prática.** (grifo do autor)

Portanto, a multa qualificada deve ser reduzida, *in casu*, ao patamar de 100%.

Razão parcial.

e) Illegitimidade passiva

Defende o responsável solidário que não se envolveu nas práticas criminais, inexistindo relação com o recebimento de dinheiro oriundo das compensações tributárias, bem como também falta de interesse jurídico na realização do fato gerador do IRPF, com o acréscimo de não se imputar à Simple Organic a responsabilidade por todas as movimentações bancárias questionadas.

Em exame às motivações para a formação do passivo solidário, conforme se vê a fls. 1.353 e ss, a exação descreve que referida empresa, constituída em 2016 pelo cônjuge do Sr. Leonardo Walter, recebeu deste e também da Capital Market depósitos bancários no total de R\$ 471.000,00 no período, tendo a Simple Organic motivado os valores a empréstimos e para a

integralização de capital não comprovados, atribuindo a autoridade os repasses a valores originados nos ilícitos tributários desde a fundação da empresa para dissimulação da fraude e “legalizar” o dinheiro.

Há um claro liame da Simple Organic com o autuado principal, (i) a uma por ter pertencido à sociedade; (ii) a duas por estar em nome da esposa. De outro lado referida empresa, fundada ao tempo da fraude, recebe valores e a título de integralização de capital que não teve sua origem comprovada, concluindo a autoridade que o importe financeiro para a fundação e primeiros passos da solidária decorreu diretamente do dinheiro obtido na venda dos créditos fictícios, com o objetivo de conversão em ativo lícito:

**(Termo de Verificação Fiscal)**

De fato, como é possível observar por meio da escrituração contábil da empresa apresentada, os valores transferidos pela Capital Market e por Leonardo Walter, representam mais de 70% do total de créditos em sua conta bancária no ano de 2016 e quase 100% do total de créditos no primeiro semestre de 2017, representando aporte importante para o desenvolvimento da empresa.

A empresa Simple Organic, neste sentido, foi destinatária direta e usufruiu desses recursos obtidos, denotando interesse na situação constituidora do fato gerador.

Restam claros a estreita relação e o interesse comum da empresa Simple Organic Beauty Eireli nos depósitos efetuados em conta corrente da titularidade de Leonardo Walter e da Capital Market, situação que autoriza a responsabilização solidária do mesmo em relação ao presente lançamento e sua sujeição aos efeitos do artigo 125 do Código Tributário Nacional

Portanto, a meu sentir, há uma clara demonstração da simbiose de ação do autuado principal com o solidário, tanto para o cometimento da fraude nas compensações, convertendo o produto do crime em ativo lícito, como também e principalmente com o dinheiro ganho, tornando claro o interesse comum na constituição do fato gerador do tributo, nos termos em que rege o art. 124, I do CTN.

Sem razão.

**IV. CONCLUSÃO**

Concluo o meu voto por rejeitar a preliminar suscitada e, no mérito, dar parcial provimento aos recursos voluntários interpostos para reduzir a multa de ofício qualificada ao patamar de 100%.

É como voto!

*Assinado Digitalmente*

**Rodrigo Duarte Firmino**